O homem que reconciliou o Brasil

Tancredo de Almeida Neves não pensava na morte, fiel ao princípio de que nada é inevitável até que aconteça. Católico fervoroso, ele sempre depositou seu destino nas mãos de Deus, geralmente relutando quando a segurança imposta por seus cargos na vida pública espreitava cada um de seus passos. A superstição presente no dia-a-dia combinava sua apurada sensibilidade, fiando-se na certeza de que política se faz menos amparado em convicções do que na própria intuição.

Menino bom de discurso, Tancredo sobressaía desde o colégio, onde representava os alunos em todas as solenidades de São João del Rey. Esse dom logo chamou a atenção dos chefes políticos da cidade, mas a vocação militar em sua família — teve dois irmãos que chegaram ao generalato — levou-o a planejar o ingresso na Marinha, que não aconteceu, porque o adolescente Tancredo perdeu o prazo para inscrição no Rio de Janeiro. Com a bússola de sua intuição, foi então para Belo Horizonte, estudar Direito. Nessa condição, acompanhou a Revolução de 1930, mas a decisão de participar de um movimento político nacional veio apenas dois anos mais tarde, quando acabou preso com um grupo de colegas que se manifestava a favor da Revolução Constitucionalista.

O contato foi definitivo em 1934: Tancredo elegeu-se vereador pelo Partido Progressista de São João del Rey, onde foi base para o futuro PSD. Mas a instabilidade política dessa época encurtou o primeiro período da vida pública de Tancredo Neves: já em 1937, presidindo a Câmara de Vereadores, ele foi obrigado a transmitir a todos a dissolução de todos os órgãos legislativos, por determinação do Estado Novo de Getúlio Vargas. Decepcionado, Tancredo desvinculou-se totalmente das atividades políticas e exerceu apenas a advocacia em São João del Rey e vizinhanças, até 1946. Nesses nove anos procurou consolidar sua vida econômica e pessoal — casou-se com dona Risoleta, tornou-se sócio de duas tecelagens da região e fundou a Rádio Sanjoanense, da qual é o maior acionista até hoje —, mas suas características de líder regional não passaram despercebidas ao interventor Benedito Valadares, que tentou nomeá-lo delegado local. Em 1938, outro fato marcante: foi detido pela segunda vez, depois de uma vigorosa defesa dos ferroviários em greve.

Sua presença no cotidiano da região levou seus adversários na política de São João del Rey a esquecer as divergências e convocá-lo para disputar uma cadeira na Constituinte mineira empossada em 1947. O principal argumento dos sanjoanenses se transformaria em marca pessoal de Tancredo: ele aglutinava as correntes políticas regionais, conciliando. O objetivo de sua candidatura era, principalmente, conseguir junto ao governo estadual a construção da Hidrelétrica de Itutinga, pois à iluminação pública sofria cortes todas as noites para que as indústrias pudessem funcionar no dia seguinte.

A derrota do PSD na disputa pelo governo de Minas colocou essa meta em segundo plano. Embora viesse do Interior, a liderança da oposição ao governador Milton Campos (UDN) ficou com o deputado Tancredo Neves, cuja tarefa premente foi reunificar os pessedistas amargurados com a derrota para os udenistas, atraindo também outros oposicionistas dispersos em partidos menores. A Usina de Itutinga não foi construída pelo governo Milton Campos, mas o trabalho do líder da oposição rendeu um fruto vistoso no início da década de 50: a eleição de Juscelino Kubitschek (PSD) para o governo de Minas.

Depois da "ourivesaria chinesa" para sustentar a candidatura Juscelino Kubitschek — que venceu Bias Fortes na convenção do PSD por apenas um voto —, o advogado mineiro considerava terminada sua tarefa, pois a hidrelétrica seria afinal construída. Sua energia, contudo, parece ter sido transmitida diretamente ao debutante deputado federal Tancredo Neves. Na Câmara, sua missão era defender os pedidos de Kubitschek junto ao governo, mas sua projeção no Rio de Janeiro foi imediata: impressionado com o discurso do deputado durante sua visita a São João del Rey, Getúlio Vargas determinou ao líder Gustavo Capanema que confiasse a Tancredo Neves a defesa do seu veto a uma lei sobre o cinturão verde da Capital. Sob a pressão da "banda de música da UDN", o deputado Tancredo Neves falou por 20 minutos e o veto acabou aceito pela Câmara. A "mineirada" de Capanema deu certo.

Tancredo Neves tornou-se íntimo de Getúlio Vargas. A conquista veio no primeiro encontro, quando criticou o presidente porque "pregou o populismo e governa com o monetarismo". Vargas respondeu-lhe que ninguém fizera tal observação e encerrou a conversa. Mais tarde, confidenciou a Tancredo que reformularia o Ministério e daria uma Pasta a Minas.

A escolha do nome ficou famosa. Kubitschek reuniu-se com Vargas para decidirem quem seria o ministro da Justiça. O presidente pegou a lista de deputados mineiros em ordem alfabética e começou a ler os nomes em voz alta. Quando estava na letra G, o governador de Minas atalhou: "Vamos direto à letra T para não perder tempo, pois ambos sabemos quem é o deputado de sua preferência". Em 1952, aos 42 anos, Tancredo Neves foi nomeado ministro da Justiça. Consciente de que seu erro "foi ter voltado", Getúlio Vargas confiou ao novo ministro uma tarefa espinhosa: "Vamos acelerar o processo sucessório, porque esse é o único meio de aliviar as pressões que estou suportando".

As mudanças no Ministério não resultaram em mais apoio ao presidente Vargas, estigmatizado pela imagem do ditador do Estado Novo. A campanha de toda a grande imprensa minava seu governo, enquanto a UDN, articulada em torno da crescente liderança de Carlos Lacerda, precipitava as sucessões estaduais. Diante desse quadro, os próprios ministros de Vargas desimcompatibilizavam-se para garantir seu futuro político. O ministro da Justiça apelou ao presidente, pretendendo seguir o mesmo caminho, mas o pedido de Vargas foi mais veemente: "Gostaria que continuasse comigo até o fim do meu governo: é um apelo que lhe faço. Não se preocupe com sua carreira política, que vou cuidar dela".

Como revelou anos depois, Tancredo sentiu "o prenúncio de uma quadra dura e penosa". Sua previsão se confirmaria nos meses seguintes, com a intensificação da crise política, degenerada em crise militar com o atentado contra Carlos Lacerda, do qual saiu morto o major Rubens Vaz. Na manhã seguinte, o ministro da Justiça foi ao Palácio do Catete e ouviu a melancólica impressão de Vargas: "Esse tiro que atingiu o major Vaz atingiu-me também pelas costas". Duas semanas depois, o próprio presidente cuidou de expor sua ferida no suicídio que comoveu a Nação, encerrando um ciclo da história política do País, como reconheceu Tancredo Neves.

Sem mandato parlamentar, Tancredo ficou à margem da política, embora fosse constantemente consultado pelas principais lideranças sobre os destinos das instituições. Ao lado de Antônio Balbino e de Brochado da Rocha, era um dos interlocutores do presidente interino Nereu Ramos no Palácio do Catete, depois que Café Filho fora afastado da Presidência, em novembro de 1955. Tancredo havia articulado, novamente, a candidatura do ex-governador de Minas à Presidência, conquistando nova vitória para o PSD em coligação com o PTB. Seu prêmio foi a nomeação para a Diretoria de Redescontos do Banco do Brasil — antecessora do Banco Central —, tendo exercido também a presidência do BB.

Apesar de sua posição destacada e do êxito do governo Kubitschek, Tancredo Neves aceitou transferir-se para a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais no governo Bias Fortes, já contaminado pela perspectiva de disputar a sucessão estadual em 1960. Embora contasse com "90% dos apoios parlamentares, tanto na Assembléia como na Câmara, e ainda perto de 85% dos prefeitos e vereadores", Tancredo se defrontou com Jânio Quadros, "na ocasião uma mística imbatível", e também com o poder de Magalhães Pinto, "que lhe permitiu organizar uma campanha moderna e eficiente, mobilizando com a melhor técnica todos os meios de comunicação".

Decepcionado com a derrota para o candidato da UDN, Magalhães Pinto, o mineiro Tancredo Neves ainda se manteve no governo federal, ocupando uma diretoria do recém-criado BNDE, até a posse de Jânio Quadros. O novo presidente tentou cortejá-lo, convidando-o para uma embaixada — Bolívia ou Vaticano —, mas Tancredo não aceitou, preferindo afastar-se temporariamente dos cargos públicos.

Sete meses depois, a crise político-militar detonada pela renúncia de Quadros reclamou seu espírito conciliador para buscar uma saída. "É um momento acima dos partidos" — apelaram Antônio Balbino, Magalhães Pinto e Juracy Magalhães, ao procurá-lo em seu apartamento na Avenida Atlântica. Tancredo encontrava-se, mais uma vez, diante do estopim das crises militares que se sucederam desde 1954, quando já esperava o golpe.

Para romper o impasse, Tancredo foi primeiro a Brasília convence o comandante militar do Planalto, general Ernesto Geisel, a limpar a área para a posse de João Goulart no regime parlamentarista. Jango retornava da China. Tancredo foi encontrá-lo em Montevidéu, para a segunda etapa das negociações, pois Goulart não queria aceitar o governo sob um regime que não fosse o presidencialista. "Ele achou a solução parlamentarista uma coisa horrível, uma diminuição moral para ele" — contou Tancredo. O vice-presidente ainda ameaçou renunciar, mas o apelo do político mineiro foi mais forte: haveria uma crise maior, manchada de sangue dos brasileiros.

Jango assumiu em 7 de setembro de 1961, combateu em seu discurso de posse o parlamentarismo e, em seguida, chamou Tancredo Neves para discutir o nome do primeiro-ministro. Tancredo ponderou que deveria ser um parlamentar e sugeriu Gustavo Capanema. O presente concordou e confiou-lhe a tarefa de fazer o convite, mas naquela noite Tancredo foi acordado por políticos: "Você vai ser o primeiro-ministro!" Seu nome foi aprovado por 259 votos contra 22, na Câmara. Inicialmente, ele acumulou a chefia do Gabinete com a Pasta da Justiça, organizando "um governo de união nacional sem o qual não teria sido possível sairmos daquele crise". A experiência parlamentarista encerrou-se com sua renúncia ao cargo para voltar à Câmara dos Deputados, onde se tornou líder do governo presidencialista de Goulart.

A despeito de sua atuação no governo deposto pela Revolução de 64, Tancredo não temeu ser cassado por Castello Branco, nem por Costa e Silva, pois conhecera os dois anteriormente em condições que possibilitaram um estreitamento de relações — o primeiro quando estagiou na Escola Superior de Guerra e o segundo, ainda major, em São João del Rey. Negou seu voto a Castello por vislumbrar que o regime autoritário iria permanecer. Com a dissolução dos partidos pelo AI-2, não aceitou participar da formação da Arena, apesar dos apelos de Israel Pinheiro. Ficou no MDB e nessa legenda chegou a ser cogitado para o governo de Minas em 65, mas não aceitou.

Valendo-se mais uma vez de sua intuição, Tancredo reconheceu a hora de permanecer à margem dos acontecimentos políticos. Em 1966, relegeu-se deputado federal. Mesmo tendo visto na Constituição de 67 uma ponte para um regime efetivamente democrático, desanimou com o golpe de 68, que se estabeleceu por dez anos com a vigência do AI-5. Esse Ato Institucional sepultou também a campanha pela Constituinte articulada pelo deputado mineiro, líder da oposição.

O regime fechado no governo Médici obscureceu sua atuação, embora ele mantivesse a liderança oposicionista com Ulysses Guimarães. Com a transmissão do poder ao grupo de Ernesto Geisel, a classe política recebeu acenos de distensão, mas as diretrizes do governo eram totalmente dissociadas das aspirações nacionais. Tancredo considerou a edição do pacote de abril, em 77, como "um processo de defesa do governo contra as pressões da Nação, através de uma ampliação de seus poderes de dominação". Um ano depois, já candidato ao Senado pelo MDB mineiro, Tancredo alertou que "não haverá redemocratização se não houver um processo eleitoral amplo, liso e honesto".

Eleito senador, Tancredo entendeu a reformulação partidária proposta pelo presidente Figueiredo como veículo para a abertura em direção a uma sucessão civil ao fim de seu mandato. A oposição confiável articulada por seu ministro da Justiça, Petrônio Portella, configurou-se no Partido Popular, fundado e presidido por Tancredo. A iminência da derrota eleitoral, no entanto, fez o governo recuar em seus planos, proibindo as coligações e impondo as sub-legendas. Tancredo retornou ao PMDB e começou a preparar sua candidatura ao governo de Minas.

Para esse vôo mais alto, deixou quatro anos de mandato de senador, mas o Palácio da Liberdade funcionaria como base para solidificar sua liderança nacional, depois de uma vitória apertada sobre o candidato do PDS, o ex-ministro dos Transportes, Eliseu Resende. Em um ano e meio de governo, procurou sanear as finanças do Estado, projetando-se no cenário nacional principalmente através da participação ativa nas reuniões do Conselho Deliberativo da Sudene. Diferente de outros governadores, seus contatos com o Palácio do Planalto não tinham como objetivo conseguir o dinheiro que a União centralizava nas mãos do ministro Delfim Netto; dirigia-se com mais freqüência ao ministro-chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu — coordenador político do governo —, ou diretamente ao presidente Figueiredo. Essas conversas eram invariavelmente políticas.

A partir do segundo semestre de 1983, apoiou vigorosamente a campanha oposicionista pelas eleições presidenciais diretas, mas não chegou à intransigência: a retomada do poder pelos civis era mais importante do que o processo eleitoral. Embora se colocasse numa posição passiva diante dos apelos para que formalizasse sua candidatura ambivalente, Tancredo palmilhava cada metro de política que o separava do Palácio do Planalto com uma metodologia paciente e regular. A lição da sua única derrota, para Magalhães Pinto em 1960, foi definitiva na elaboração dessa estratégia — primeiro, unir e controlar seu próprio partido, para depois lançar-se a uma aventura sem riscos.

Tancredo Neves pregou a conciliação nacional com maior veemência neste último período, ciente de que qualquer plano de governo não seria viável caso não se revestisse do caráter de plano de toda a Nação. Foi a única convicção impermeável a qualquer superstição do mineiro Tancredo. Com 80% de apoio da população, segundo as pesquisas de opinião pública, continuava rejeitando aparatos de segurança especiais — até mesmo para sua saúde. Sua proposta era uma nova relação entre o poder e a Nação, à qual se entregou depois da vitória no colégio eleitoral. Pediu também uma nova linguagem, mais respeitosa. Dificilmente será xingado como todos os governantes. É um filho da Pátria.

A consagração no Exterior

Arquivo

O candidato Tancredo empolga o País. Em janeiro, a vitória e o Hino Nacional no Congresso